

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Odebrecht quer voltar às licitações da Petrobras	2
Título: Vale reverte prejuízo e lucra R\$ 13 bi em 2016	3
Título: Votorantim vende unidade para ArcelorMittal e deixa área de aço	4
Título: Pós-verdade no investimento externo	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Eletronuclear construirá armazém para guardar urânio irradiado	6
Título: Vale sai do prejuízo e lucra R\$ 13,3 bilhões em 2016	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: Vale registra lucro de R\$ 13,3 bi em 2016	9
VEÍCULO: Valor Econômico	11
Título: Destaques	11
Título: Neoenergia prioriza conclusão de projetos	11
Título: Jirau prevê gasto de até R\$ 400 milhões com GSF	13
Título: EDP tem interesse grande em transmissão	14
Título: Eletropaulo vai para Novo Mercado	15
Título: Votorantim decide unir área de aço no Brasil com Arcelor	16
Título: Preço do minério ajuda e Vale prevê atingir meta de dívida já este ano	18
Título: Usinas retomam investimentos	21
Título: Preço melhor para o açúcar em 2017/18	22

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: Odebrecht quer voltar às licitações da Petrobras**

Desde 2014, empresas do grupo estão impedidas de participar, em função de seu envolvimento na Lava-Jato

A Odebrecht Engenharia Industrial (OEI) e a Odebrecht Óleo e Gás (OOG), subsidiárias do grupo Odebrecht, querem voltar a ter direito de participar das licitações da Petrobras. O grupo e todas suas empresas estão suspensos de participar de licitações públicas e da petroleira desde o fim de 2014, por conta de seu envolvimento nos casos de corrupção revelados pela Operação Lava-Jato. Assim, o grupo Odebrecht vai encaminhar à estatal, nos próximos dias, um documento fornecido pelo Ministério Público Federal (Procuradoria Geral da República em conjunto com o MPF do Paraná/ Lava-Jato), que libera todas empresas do conglomerado a participar de licitações, com base no acordo de leniência feito no fim de 2016. Nos termos do acordo de leniência firmado com o MPF, o órgão se comprometeu a atestar que a empresa fechou o tratado — e, portanto, não deve ser proibida de participar de licitações, receber financiamentos públicos (como os do BNDES), sofrer multas ou punições (a exemplo das que eventualmente sejam aplicadas pelo Tribunal de Contas da União ou pela Advocacia-Geral da União).

LIMINAR ACABOU CASSADA

Uma fonte próxima diz que o objetivo é liberar as empresas do bloqueio cautelar provisório que sofrem desde dezembro de 2014, devido ao avanço das investigações dos casos de corrupção envolvendo Petrobras e fornecedores. Segundo uma fonte, diferentemente da OEI, a OOG nunca foi citada ou acusada na Lava-Jato, mas acabou entrando no bloqueio por ser do grupo Odebrecht. — O mesmo aconteceu com outras operadoras que têm contrato de afretamento de embarcações com a Petrobras, como a Queiroz Galvão (cuja construtora também está implicada na Lava-Jato). Mas a Petrobras já retirou a QGOG do bloqueio cautelar — lembrou a fonte. A certidão permite à Petrobras liberar as duas empresas da Odebrecht para licitações. A OOG chegou a entrar com liminar, em julho do ano passado, para participar da licitação de duas plataformas, mas esta foi cassada pelo Tribunal de Justiça.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Danielle Nogueira****Título: Vale reverte prejuízo e lucra R\$ 13 bi em 2016**

Aumento do preço do minério de ferro e das vendas ajudou no resultado

A Vale voltou ao azul e teve lucro líquido de R\$ 13,3 bilhões em 2016. No ano anterior, a mineradora registrara o maior prejuízo de sua história: R\$ 44 bilhões, devido a várias baixas contábeis. O maior preço do minério de ferro e de outras commodities metálicas, bem como o crescimento no volume de vendas, foram os principais fatores que contribuíram para o resultado. No quarto trimestre, a Vale teve lucro líquido de R\$ 1,573 bilhão, frente a prejuízo de R\$ 33,154 bilhões nos últimos três meses de 2015. O resultado, tanto trimestral como anual, veio abaixo da expectativa dos analistas. A mediana das projeções compiladas pela Bloomberg apontava para lucro líquido de R\$ 15,5 bilhões em 2016. Ainda assim, os números foram bem recebidos pelo mercado. As ações da empresa chegaram a subir pela manhã, mas fecharam em baixa devido à queda no preço do minério de ferro ontem. As ações ON (com direito a voto) recuaram 4,38%, a R\$ 33,17, na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Já as PNA caíram 4,15%, para R\$ 31,65.

A alta nos preços e no volume de vendas — a Vale bateu recorde de produção de minério de ferro, e o preço passou de US\$ 80 a tonelada em 2016 — impulsionaram a geração de caixa ajustada. Esta alcançou R\$ 40,9 bilhões, 88% maior que a de 2015. Segundo o banco de investimentos americano JPMorgan, apenas no quarto trimestre, a cotação do minério subiu 73% ante igual período de 2015, para um preço médio de US\$ 71,2 a tonelada. Em relação ao terceiro trimestre, a alta foi de 29%. “O efeito do preço e do volume mais que compensou a pequena e esperada deterioração de custos, que foi provocada por apreciação do real, fretes mais altos e efeitos do acordo coletivo com funcionários”, disse o analista de mineração Rodolfo Angele, do JPMorgan. Os custos caíram na comparação anual, mas subiram 19% ante o terceiro trimestre de 2016. A dívida líquida se manteve elevada, em US\$ 25 bilhões.

MENOS VENDA DE ATIVOS EM 2017

Em teleconferência com analistas, o presidente da Vale, Murilo Ferreira, disse que o programa de desinvestimentos será menor este ano, limitando-se à conclusão da venda de participações em ativos de carvão, em Moçambique, e de fertilizantes, no Brasil, além de navios. No ano passado, a Vale chegou a considerar a venda de ativos essenciais, como forma de reduzir sua dívida. No entanto, o cenário de preços de sua principal commodity melhorou, e o plano foi suspenso. Já a venda de participações na mina de carvão de Moatize e no

Corredor Logístico de Nacala (CLN), em Moçambique, à japonesa Mitsui, Ferreira disse que está em fase avançada: — Estarei no Japão em 21 de março assinando documento. Acredito que o desembolso ocorrerá no mais tardar durante o segundo trimestre. A Vale também traçou cenário positivo para o minério de ferro, em patamar acima de US\$ 70 a tonelada este ano. Ontem, o minério caiu 3,14%, para US\$ 91,34 a tonelada. ()

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Danielle Nogueira

Título: Votorantim vende unidade para ArcelorMittal e deixa área de aço

Negócio eleva concentração em setor que atende construção civil

Em mais um movimento de consolidação do setor siderúrgico do Brasil, a gigante mundial belgo-indiana Arcelor- Mittal anunciou ontem a compra da Votorantim Siderurgia, com unidades no Estado do Rio e em Mato Grosso do Sul. Com isso, a ArcelorMittal confirma sua liderança na produção siderúrgica nacional e amplia participação no segmento de aços longos, voltados para construção civil e infraestrutura, no qual a Gerdau é seu principal concorrente. A Votorantim, por sua vez, deixa de atuar na siderurgia no Brasil diretamente. O acordo envolve apenas troca de ações. A Votorantim Siderurgia passa a ser uma subsidiária da ArcelorMittal Brasil, e o grupo Votorantim terá participação minoritária no capital da rival: 3% da ArcelorMittal Brasil e 15% na Arcelor- Mittal Aços Longos. No futuro, a Votorantim poderá exercer direito de venda dessas participações para a ArcelorMittal, e esta poderá exercer direito de compra em um período subsequente.

CRISE NA SIDERURGIA NACIONAL

A Votorantim Siderurgia atua apenas no segmento de aços longos, ocupando a terceira posição em capacidade de produção no país. Suas unidades estão em Resende e Barra Mansa, no Estado do Rio. A empresa detém ainda 50% de uma laminadora, a Sitrel, em Três Lagoas (MS). A ArcelorMittal Brasil atua em longos em Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo. A combinação dos negócios resultará em um produtor de aços longos com capacidade anual de produção de 5,6 milhões de toneladas de aço bruto, fazendo a companhia se aproximar da Gerdau, que lidera esse segmento com metade da capacidade nacional. Hoje, esse setor está com 40% de ociosidade, devido, principalmente, à retração da construção civil. Considerando aços longos e planos (usados no setor automotivo, máquinas e equipamentos e linha branca), a ArcelorMittal lidera a produção nacional.

— As unidades são geograficamente complementares. A aquisição visa a melhorar nossa competitividade e mix de produtos — disse Jefferson De Paula, presidente da ArcelorMittal Aços Longos Américas do Sul, Central e Caribe, que, com a transação, avalia ser possível elevar as exportações da companhia de 15% para até 30% da produção. Na avaliação de fontes do setor, a aquisição foi motivada pelo mau momento da siderurgia no Brasil, que tem provocado uma briga de foice: — As empresas que atuam em aços longos não conseguem repassar a alta nos custos. Claramente, a operação visa a eliminar um concorrente.

Na avaliação do banco de investimentos JPMorgan, “o resultado deverá ser um maior poder na formação de preço”. Para a Votorantim, a transação representa a saída de uma área que não responde sequer por 10% do faturamento do grupo. O conglomerado manterá suas operações de alumínio, cimento, celulose, entre outros, nos quais tem “posição de liderança de mercado, reconhecimento da marca e gestão prudente de risco”, segundo a agência de classificação de risco Standard & Poor’s. No aço, a Votorantim limitará sua atuação ao exterior, na Argentina e Colômbia. É a segunda empresa que deixa o parque siderúrgico brasileiro esta semana. Há três dias, a alemã Thyssenkrupp anunciou a venda da CSA para a ítaloargentina Ternium por € 1,5 bilhão. Embora a motivação tenha sido distinta — a Ternium queria assegurar seu fornecimento de placas —, executivos do setor afirmam que as duas operações mostram a profundidade da crise na siderurgia nacional.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Opinião

Autor: José Paulo Kupfer

Título: Pós-verdade no investimento externo

O Investimento Direto no País (IDP), designação já não tão nova do velho investimento estrangeiro direto (IED), bateu recordes em janeiro. De acordo com os dados divulgados no fim da semana passada, a inversão de recursos externos na economia brasileira somou US\$ 11,5 bilhões — o dobro do registrado em janeiro do ano anterior. O montante superou o teto das projeções e dá indicações de que as estimativas oficiais de ingressos totais de US\$ 75 bilhões, neste ano, o equivalente a quase 4% do PIB, poderão ser superadas.

Todos sabiam que boa parte desse recorde se devia a algumas operações especiais de compra por estrangeiros de empresas brasileiras, notadamente estatais do ramo de energia. Essas compras somaram US\$ 8,8 bilhões, incluindo US\$ 0,5 bilhão em lucros reinvertidos, enquanto outros US\$ 2,8 bilhões expressaram empréstimos intercompanhias — transferências feitas entre empresas e suas filiais, dentro e fora do país. Não se teve notícia de nenhum

investimento direto do tipo greenfield, ou seja, inversão em novos negócios, ampliação/modernização da capacidade de produção ou da oferta de serviços.

Mesmo assim, analistas se apressaram a sugerir que a entrada recorde de recursos externos era um reflexo do aumento da confiança na política econômica do governo. É o tipo de conclusão que se encaixa bem nas regras da pós-verdade tão em moda. Antes dos anos 90, quando os fluxos financeiros globais eram mais regulados, investimento externo direto era aquela inversão dita produtiva, que vinha para ocupar espaços vazios nos mercados e ampliar a oferta local de bens e serviços. (...)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Eletronuclear construirá armazém para guardar urânio irradiado

A Eletronuclear investirá R\$ 440 milhões para construir um armazém para estocar elementos combustíveis de urânio que já não geram energia em grande quantidade, mas que precisam ser preservados com cuidado.

Os átomos de urânio, cujos núcleos são quebrados para gerar calor e mover as usinas, duram três anos no reator.

Depois, são retirados e vão para piscinas — Angra I tem a sua, que ficará cheia em dezembro de 2021; a de Angra II, em julho do mesmo ano. Se elas não puderem receber elementos combustíveis, será preciso desligar os reatores.

Por isso, a estatal vai construir o armazém a seco — ele receberá parte do material que já irradiou nessas piscinas durante alguns anos e, assim, abrirá espaço para que elas possam receber urânio mais novo das usinas.

É uma construção cara que envolve remover elementos da água, colocá-los em cilindros de aço e monitorar a radiação do ambiente.

A solução é mais barata, no entanto, que fazer novas piscinas no local, segundo Paulo Carneiro, da diretoria técnica da Eletronuclear.

"As piscinas demandam investimentos muito elevados em prazo curto. Além do custo, que é determinante, há dificuldades de construção e de licenciamento maiores."

Levar o urânio mais antigo para armazéns é um método consagrada internacionalmente, afirma. "Os EUA têm 104 reatores e fazem o armazenamento complementar de todos com o espaço a seco."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona****Título: Vale sai do prejuízo e lucra R\$ 13,3 bilhões em 2016**

Com maiores preços do minério de ferro e recordes de produção, a Vale registrou em 2016 lucro de R\$ 13,3 bilhões, revertendo um prejuízo de R\$ 44,2 bilhões no ano anterior, quando realizou uma série de baixas contábeis no valor de seus ativos.

Com o desempenho, a empresa anunciou que vai propor o pagamento de R\$ 4,6 bilhões em remuneração a seus acionistas, além dos R\$ 856 milhões já antecipados em dezembro.

"Com uma produção muito forte e, com a recuperação dos preços, já era previsto que a Vale teria um quarto trimestre muito forte e fecharia o ano com chave de ouro. Foi isso o que aconteceu", disse, em vídeo gravado no site da companhia, o diretor financeiro, Luciano Siani.

No quarto trimestre, a empresa teve lucro líquido de R\$ 1,4 bilhão. O valor, porém, sofreu impacto de ajustes de R\$ 3,9 bilhões nos ativos da companhia por causa da venda de negócios durante o ano.

Considerando apenas o resultado dos ativos em operação, o lucro trimestral teria sido de R\$ 5,5 bilhões. No quarto trimestre de 2015, a empresa registrou um prejuízo de R\$ 33,1 bilhões, provocado principalmente por baixas contábeis no valor de ativos.

Siani destacou a geração de caixa medida pelo indicador Ebitda (que é o lucro antes do pagamento de juros, impostos e outras taxas): no quarto trimestre, somou R\$ 11 bilhões, o maior valor desde o final de 2013, quando o minério estava em US\$ 134,8 por tonelada.

Em 2016, a média de preços do minério foi de US\$ 54,4 por tonelada, 22% acima do registrado em 2015. A commodity teve grande valorização a partir do final do ano e hoje é vendida por mais de US\$ 90 por tonelada.

A companhia espera que os preços permaneçam altos em 2017, diante do crescimento da demanda por aço e da escassez de novos projetos de mineração.

"O cenário indica um preço nitidamente acima dos US\$ 60 e, talvez, de US\$ 80 para cima na média do ano", disse, em teleconferência com analistas, o diretor de metais ferrosos da companhia, Peter Popinga.

Analistas do mercado, porém, consideram que os preços atuais são insustentáveis.

PRODUÇÃO

Em 2016, a Vale produziu 348,8 milhões de toneladas de seu principal produto, o maior valor já registrado. Houve recordes também na produção de níquel (311 mil toneladas), cobre (453,1 mil toneladas), cobalto (7.799 toneladas) e ouro (483 mil onças-troy).

A meta da companhia é atingir a barreira de 400 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, com o crescimento da produção no projeto S11D, no Pará, que entrou em operação no final de 2016.

Popinga disse que, com a ampliação do projeto, a Vale será responsável por 50% do volume novo de minério que entrará no mercado.

Assim, a empresa terá papel importante na variação de preços no mercado. "A Vale vai se comportar de forma conservadora e responsável, sempre maximizando a sua própria margem", afirmou.

Sem novos projetos de expansão, os focos serão aumentar a capacidade do S11D e reduzir o endividamento, que fechou 2016 em US\$ 25 bilhões, praticamente no mesmo patamar registrado em 2015.

De acordo com o presidente da companhia, Murilo Ferreira, a meta é alcançar um valor entre US\$ 15 bilhões e US\$ 17 bilhões.

Os investimentos da companhia foram de US\$ 5,2 bilhões, queda de US\$ 2,9 bilhões com relação ao verificado em 2015. Durante o ano, a empresa vendeu US\$ 3,8 bilhões em ativos, como navios e operações de fertilizantes.

No acumulado do ano, a Vale teve receita líquida de R\$ 94,6 bilhões, aumento de 21,2% com relação ao registrado em 2015. A geração de caixa foi de R\$ 40,9 bilhões, alta de 88%.

SAMARCO

Ferreira disse que a companhia permanece trabalhando para que a mineradora Samarco, fechada desde o rompimento da barragem de Fundão, no fim de 2015, volte a operar no terceiro trimestre deste ano.

A ideia inicial é dispor os rejeitos da mina de Mariana (MG) em uma cava (buraco aberto pela exploração mineral), dentro da própria área da Samarco, por dois ou três anos.

Depois, seria uma cava da Vale, chamada Timbopeba, que permitira a operação sem necessidade de barragens.

"Tem sido uma discussão muito bem sucedida, já tivemos algumas audiências públicas e esta em fase de discussão avançada. Mas dependemos de fatores externos", comentou o presidente da Vale, que divide o controle da Samarco com a BHP Bilinton.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Guimarães e Mariana Durão

Título: Vale registra lucro de R\$ 13,3 bi em 2016

Reversão. Recuperação, impulsionada pela alta dos preços do minério de ferro e pelo recorde de produção, levou a mineradora a voltar atrás no plano de se desfazer de ativos estratégicos; em 2015, empresa havia registrado o 1º prejuízo desde a privatização, em 1997

Após amargar em 2015 o seu primeiro prejuízo desde a privatização, em 1997, a Vale anunciou ontem um lucro líquido de R\$ 13,3 bilhões no ano passado. A reviravolta foi impulsionada pela recuperação dos preços do minério de ferro e pelo recorde de produção. Pesou ainda o efeito positivo da valorização do real sobre seus resultados financeiros e também o fato de a mineradora ter feito baixas contábeis menos drásticas relativas à perda de valor de ativos.

Mesmo em um cenário favorável, a companhia promete manter a disciplina nos investimentos, perseguir a redução de sua dívida e voltar a dar maiores retornos aos acionistas. No último trimestre, o lucro da mineradora foi de R\$ 1,57 bilhão, ante uma perda de R\$ 33,1 bilhões no mesmo trimestre de 2015. A geração de caixa, medida pelo Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações), foi a melhor para um quarto trimestre desde 2013 (US\$ 4,8 bilhões).

Valorização. Carro-chefe da Vale, o minério de ferro foi negociado a uma média de US\$ 58 por tonelada em 2016, depois de bater na mínima de US\$ 40 em janeiro. No fim do ano, no entanto, a commodity se recuperou e hoje está cotada na casa de US\$ 90. A perspectiva da Vale é que os preços superem os US\$ 80 por tonelada na média de 2017, pela combinação de demanda em alta e uma oferta mais fraca.

"A Vale teve uma performance muito sólida no quarto trimestre. O desempenho foi resultado de uma combinação de maiores volumes de produção e recuperação de preços do minério de ferro e outras commodities. Isso mais que

compensou uma pequena deterioração de custos (pela apreciação do real)”, escreveu, em relatório, Rodolfo Angele, analista do JP Morgan.

Embora o balanço tenha sido considerado positivo, as ações da mineradora fecharam o pregão com queda de 4,15% para preferenciais e de 4,38% para ordinárias. Segundo profissionais do mercado, os papéis passaram por uma realização de lucros e, como a recuperação no balanço já era esperada, já estava precificada nas ações, que ainda acumulam ganhos expressivos neste ano – cerca de 30% em 2017.

A despeito do fôlego que esse cenário pode dar à Vale, o presidente da mineradora, Murilo Ferreira, garantiu que a companhia não vai “se embriagar novamente” e investir em projetos que podem não dar retorno. “Mesmo em situação de caixa mais favorável, a companhia não investirá sem disciplina. Sem um projeto de classe mundial, mandamos o dinheiro de volta para o acionista, que é o melhor destino que pode ter”, disse.

Por outro lado, o presidente da mineradora sinalizou que a companhia está analisando ativos de grande porte no Brasil, Canadá e Indonésia, onde mencionou a visita ao projeto de cobre Hu’u, em fase de exploração. A depender dos resultados dos estudos, a mineradora poderá apostar em um projeto mais ambicioso no longo prazo. O executivo reafirmou que a Vale quer voltar a ser uma grande pagadora de dividendos. Ontem, a companhia anunciou que pagará R\$ 4,6 bilhões aos acionistas em 28 de abril na forma de juros sobre capital próprio.

O valor se somará aos R\$ 856,97 milhões distribuídos em dezembro. Dívida. Apesar disso, a prioridade será a redução de sua dívida líquida – que encerrou o ano praticamente estável, em US\$ 25 bilhões – para uma faixa entre US\$ 15 bilhões e US\$ 17 bilhões. Segundo o diretor executivo de finanças e relações com investidores, Luciano Siani, isso pode ocorrer até o fim do ano, a depender da curva de preços das commodities.

No pior cenário, esse processo iria até o fim do primeiro semestre de 2018. Com a melhora do mercado, a Vale voltou atrás no plano de se desfazer de ativos estratégicos. O caixa gerado com vendas de operações de fertilizantes e carvão, além de navios, deverá ser suficiente em termos de desinvestimentos. Em dezembro, a Vale vendeu seu negócio de Fertilizantes à Mosaic, por US\$ 2,5 bilhões.

A mineradora também espera a conclusão do financiamento relativo ao Corredor Logístico Nacala, em Moçambique, até o segundo trimestre. A transação deve injetar US\$ 2,7 bilhões no caixa da Vale e vem sendo negociada com agências multilaterais e bancos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor:****Título: Destaques**

Lucro da Engie

A Engie Brasil Energia obteve lucro de R\$ 1,55 bilhão em 2016, alta de 3,1% ante o ano anterior. Na mesma comparação, a receita líquida recuou 1,1%, para R\$ 6,44 bilhões, enquanto o Ebitda cresceu 2%, totalizando R\$ 3,72 bilhões. Segundo o diretor-presidente da Engie, Eduardo Sattamini, o resultado na última linha foi afetado por efeitos não-recorrentes. Desconsiderando esses efeitos, o lucro da empresa no ano passado cresceu 7,8% em relação a 2015.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito****Título: Neoenergia prioriza conclusão de projetos**

A Neoenergia, controlada pela espanhola Iberdrola (39%), a Previ (49,01%) e o Banco do Brasil (11,99%), vai se concentrar em 2017 na finalização de obras de geração e pretende manter, ou até aumentar ligeiramente, o patamar de investimentos em distribuição, que alcançou R\$ 2,3 bilhões no ano passado. Para fazer frente aos investimentos em 2017, a companhia planeja fazer captações junto ao BNDES e outros bancos e avalia a possibilidade de vender ativos.

"[O investimento em 2017] Vai ser mais ou menos em linha com o de 2016, quando investimos R\$ 3,8 bilhões. Na distribuição, investimos R\$ 2,3 bilhões. Na distribuição, certamente vamos continuar com este nível de investimentos, até maior um pouco", afirmou Solange Ribeiro, presidente da Neoenergia, ao Valor.

Com relação à geração, a companhia mantém planos de investir em novos projetos em longo prazo, mas neste momento o foco é finalizar obras em andamento, como Belo Monte (PA), de 11.233 megawatts (MW) de capacidade, no Pará, do qual o grupo possui 10%, e Baixo Iguaçu (PR) de 350 MW em que a empresa tem 70%.

Devido ao robusto programa de investimentos em curso, a Neoenergia estuda captações e venda de ativos, como o pacote de dez eólicas, em um total de 288 MW, para a Elektro Renováveis do Brasil, empresa da Iberdrola, por R\$ 317 milhões, anunciada ontem.

"Vamos precisar captar mais, porque só a geração de caixa não resolve os investimentos. Vamos buscar alternativas de sempre, BNDES, bancos, e analisamos até alternativamente desinvestimentos específicos possíveis, buscando desalavancagem", explicou ela.

Em distribuição, principal área de negócio e que respondeu por mais de 80% dos R\$ 14,8 bilhões de faturamento do grupo em 2016, a Neoenergia prevê crescimento modesto de mercado em 2017. No ano passado, o grupo, que possui três distribuidoras - Coelba (BA), Celpe (PE) e Cosern (RN) - registrou aumento de 1,9% do volume de energia distribuída, totalizando 38.542 gigawatts-hora (GWh), enquanto as médias de mercado brasileiro e do Nordeste recuaram 0,9% e 0,3%, respectivamente.

"Este ano, prevemos um crescimento ainda de mercado, mas levará dois anos para retomar os níveis [de aumento] usuais."

A executiva disse que, apesar do período desafiador da economia do país, o grupo não reduziu sua força de trabalho, da ordem de 6 mil funcionários diretos, além de 20 mil terceirizados. "Em um momento desses do Brasil, não estamos demitindo. Estamos aumentando investimentos".

Questionada sobre o suposto interesse dos acionistas privados da Norte Energia em vender o controle da usina de Belo Monte, Solange disse que a Neoenergia estará aberta para analisar eventuais propostas. "Não controlamos [a Norte Energia] e não operamos [a usina] também. Vamos estar abertos a analisar alternativas que surjam em relação a isso [venda de sua participação na usina]", afirmou.

Com relação à parcela de 20% de energia de Belo Monte destinada ao mercado livre e que está descontratada, da ordem de 900 megawatts (MW) médios, Solange contou que os acionistas privados continuam buscando uma solução para o assunto. Na prática, as empresas precisam garantir a contratação dessa energia ao preço de R\$ 185 o megawatt-hora (MWh) para obter um empréstimo de R\$ 2 bilhões do BNDES.

Os sócios privados querem acionar uma cláusula do acordo de acionistas que prevê que a Eletrobras, sócia na usina, compre esse montante de energia. "Estamos buscando construir uma solução. É um assunto que temos uma arbitragem. Por enquanto temos que aportar [recursos no projeto]. Mas os maiores desafios foram vencidos. A obra está pronta. As máquinas estão entrando [em operação]", afirmou. Em 2016, a Neoenergia investiu R\$ 593 milhões em Belo Monte.

A Neoenergia também pretende avaliar as propostas de privatização das seis distribuidoras da Eletrobras, prevista para ocorrer ainda este ano. "Estaremos olhando as oportunidades nas horas certas. Vamos ver como será a proposta" explicou Solange.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Jirau prevê gasto de até R\$ 400 milhões com GSF

A Energia Sustentável do Brasil (ESBR), consórcio formado por Engie, Mitsui, Eletrosul e Chesf, dono da hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira (RO), ampliou a previsão de despesas com o déficit de geração hídrica (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês) para algo entre R\$ 250 milhões e R\$ 400 milhões. No fim do ano passado, a companhia previa ter de desembolsar R\$ 183 milhões com GSF em 2017.

"Para este ano, nosso GSF está variando entre R\$ 250 milhões e R\$ 400 milhões. Isso representa um pouco mais de 20% da nossa receita líquida. É impossível uma empresa que começou [a funcionar] agora aguentar esse nível de GSF. Tem que haver uma solução", afirmou o presidente da ESBR, Victor Paranhos, ao Valor.

Segundo o executivo, enquanto não há uma solução estrutural para o problema, uma saída de curto prazo seria a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) rever o modelo de despacho das termelétricas, que continuam operando fora da ordem de mérito, de acordo com Paranhos. Apenas com essa mudança, explicou, o custo de GSF da ESBR pode ser reduzido em 5% a 8%.

"É preciso arranjar uma solução para as usinas estruturantes", completou ele. Além de Jirau, também são hidrelétricas estruturantes as usinas de Santo Antônio, de 3.568 megawatts (MW) de capacidade, também no Rio Madeira, e Belo Monte, de 11.233 MW, no rio Xingu (PA).

Enquanto busca reverter as despesas com GSF, a ESBR também busca aumentar a energia assegurada [volume de energia que a companhia pode comercializar]. Jirau possui 3.750 MW de capacidade e 2.205 MW médios de energia assegurada.

Na segunda-feira, a ESBR realizou um pré-teste de potência instalada e potência líquida, na qual colocou à disposição do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) toda as 50 turbinas da usina simultaneamente. Uma das máquinas, inclusive, operou com potência de 80 MW, 6,6% acima da sua potência nominal.

O próximo passo será realizar um teste de performance, possivelmente em março ou abril, para certificar que as máquinas possuem eficiência superior à estimada inicialmente. Na prática, se o teste for bem sucedido e certificado pela Aneel, a ESBR poderá ampliar a energia assegurada de Jirau.

"Primeiro é preciso pedir à Aneel que comprove os testes. Se ela [Aneel] comprovar que a máquina é mais eficiente do que inicialmente previsto, podemos pedir um aumento da energia assegurada", explicou Paranhos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: EDP tem interesse grande em transmissão

A EDP Energias do Brasil está com um balanço ajustado para voltar a avaliar possibilidades de crescimento, com foco nas áreas de transmissão e geração solar distribuída, nas quais a companhia passou a investir no ano passado, disse ontem o presidente Miguel Setas, em entrevista coletiva sobre os resultados da companhia em 2016.

No ano passado, a empresa fez um aumento de capital de R\$ 1,5 bilhão, que permitiu melhorar seu perfil de endividamento. "O que temos hoje é um balanço preparado para poder ter crescimento, tanto nesses segmentos [transmissão e energia solar] quanto em outros, nos quais possam aparecer oportunidades", disse.

De acordo com Setas, a companhia pretende ter uma participação "mais efetiva" no próximo leilão de transmissão de energia, que deve acontecer ainda no primeiro semestre. "O momento do mercado traz uma oportunidade óbvia em transmissão, por conta da rentabilidade, dos gargalos, do nível de competição", disse.

Segundo o executivo, este é um segmento prioritário, e a EDP tem as competências necessárias para isso. "É um negócio de rentabilidade interessante. A competição ainda está em um nível aceitável."

No leilão mais recente de transmissão, no fim de outubro, a EDP fez lances por dois lotes e acabou vencendo apenas um. "Nosso entendimento é que temos todas as condições para competir de maneira efetiva no próximo leilão. A dimensão dessa competição não vou dizer, não vou dar sinais para a concorrência, mas a expectativa é ter uma participação superior a de outubro", afirmou Setas.

Em relação a outras oportunidades no mercado, ele descartou interesse nas distribuidoras da Eletrobras que serão privatizadas, e disse que a Cesp "não faz parte do radar de prioridades", assim como as usinas que devem ser relicitadas. A EDP Energias do Brasil também não tem interesse pelas usinas da Engie a carvão que foram colocadas à venda.

"A EDP tem um diferencial na gestão dos projetos, construção, gestão do risco. Conseguimos ver mais valor na construção de usinas novas do que em usinas já em operação", afirmou Setas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Eletropaulo vai para Novo Mercado

Em uma nova etapa da sua reorganização societária, a Eletropaulo se prepara para migrar para o Novo Mercado, segmento de listagem da BM&FBovespa com maior nível de governança. Para isso, pretende realizar a conversão das suas ações preferenciais em ordinárias, na razão de uma para uma. "Isso nos dará uma estrutura de capital mais flexível, nos ajudará a ter mais acesso a capital, o que é muito importante em uma empresa de capital intensivo como é a Eletropaulo", disse, em entrevista ao Valor, o presidente da AES Brasil, Julian Nebreda. A Eletropaulo está listada no Nível 2 de governança.

Esse é mais um passo dado pela Eletropaulo na simplificação de sua estrutura societária. Seguindo o exemplo da AES Tietê, que realizou uma reestruturação em 2015, a distribuidora de energia concluiu, no fim de 2016, uma reorganização que fez com que AES Brasil e BNDESPar passassem a ser sócios diretos da empresa - antes essa participação era intermediada pela Brasileira e pela AES Elpa.

Na ocasião, analistas chegaram a apontar que a operação poderia facilitar uma mudança no controle da companhia, por permitir que BNDES ou AES vendam separadamente suas participações na Eletropaulo.

Atualmente, a AES Brasil tem 50,51% das ações ON da Eletropaulo, representando 16,8% do total. Já a BNDESPar tem 22,5% das ON e 16,8% das PN, somando 18,7% do total. Caso a conversão das preferenciais em ordinárias seja aprovada, as duas controladoras da distribuidora passarão a ter, respectivamente, 16,8% e 18,7% das ações ON, tornando a estrutura de capital da companhia mais pulverizada.

O conselho de administração da companhia aprovou ontem a mudança. "Agora começa o processo, em que precisaremos de autorizações da Aneel e da

BM&FBovespa", disse Nebreda. Depois, será convocada uma assembleia geral extraordinária, na qual os acionistas vão decidir se aprovam ou não. A expectativa dele é que o processo seja concluído até o fim do ano.

"É uma oferta muito atrativa para nossos acionistas e acho que vai criar muito valor para a companhia", afirmou Nebreda. Segundo ele, a melhora da governança é muito importante para os sócios e vai permitir também que a empresa tenha mais agilidade nos processos de tomada de decisão.

Por enquanto, a companhia não prevê a realização de um aumento de capital, mas a mudança vai facilitar operações do tipo. "Pelo fato de ser do Novo Mercado e ter só um tipo de ação, no futuro, se considerarmos aumentos de capital, estaremos melhor preparados", disse Francisco Morandi, diretor vice-presidente e de relações com investidores da Eletropaulo.

Ontem, as ações preferenciais da Eletropaulo encerraram o pregão com queda de 1,94%, a R\$ 12,16. Já as ordinárias, que praticamente não têm liquidez, ficaram estáveis em R\$ 29,20.

Ainda na estratégia de recuperação, a Eletropaulo anunciou ontem seu plano de investimentos para o período de 2017 a 2021, que soma R\$ 3,9 bilhões. O plano anterior, de 2016 a 2020, contemplava R\$ 3,5 bilhões. Segundo Nebreda, o aumento nos investimentos vai focar no aumento das eficiências e automação da distribuidora de energia. Com isso, será possível reduzir os gastos operacionais.

A expectativa da empresa é que essas despesas tenham uma redução de R\$ 350 milhões em 2017 e 2018 na comparação com a cifra de 2016, quando somaram R\$ 2,08 bilhões. "Os gastos serão R\$ 200 milhões menores em 2017 e mais R\$ 150 menores em 2018", disse.

A Eletropaulo vai investir na melhora da rede, tornando-a mais "robusta". Além disso, vai focar em produtividade e eficiência.

"Parte da redução de custos permite o aumento de investimentos, é um círculo virtuoso", disse Nebreda. Segundo ele, a companhia deve atingir as metas regulatórias da Aneel para indicadores de qualidade e para níveis de perdas ainda em 2017, já refletindo as mudanças que vêm sendo implementadas desde o ano passado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro e Renato Rostás

Título: Votorantim decide unir área de aço no Brasil com Arcelor

Em um anúncio inesperado, mas que retrata movimentos de consolidação de ativos que podem se tornar rotineiros daqui para frente, ontem os grupos Votorantim e ArcelorMittal informaram que decidiram fundir suas operações de produção de aço longo no Brasil. O objetivo da união, que já foi à análise do órgão antitruste do país, é fortalecer o negócio siderúrgico no país, que enfrenta uma forte crise de demanda desde 2014.

A fusão de ativos, que dará uma participação de 3% para a Votorantim no capital da ArcelorMittal Brasil, é também uma porta de saída para o grupo da família Ermírio de Moraes deixar a atividade siderúrgica, ao menos no Brasil, a partir de 2019. As fábricas instaladas na Argentina e Colômbia ficaram de fora desse acordo.

Segundo apurou o Valor, as negociações entre os dois grupos tiveram início no terceiro trimestre de 2016. Nesta etapa, não envolve nenhum pagamento em dinheiro: apenas dação de ações da ArcelorMittal Brasil à Votorantim.

No acordo assinado com a líder mundial de produção de aço, a Votorantim garantiu um direito de vender (conhecido como put) suas ações na ArcelorMittal Brasil entre 2019 a 2022. Uma fórmula de preço, no caso de exercer a put, já ficou definida na operação.

Pelas regras, a ArcelorMittal será obrigada a adquirir essa participação no prazo definido se ela desejar vender. Mas, ao mesmo tempo, o grupo também garantiu para si um direito de compra ("call") da fatia da Votorantim entre 2023 e 2024, informou Jefferson De Paula, presidente de Aços Longos do grupo indo-europeu nas Américas do Sul e Central.

"Foi um acordo bom para ambas as empresas, considerando o cenário de sobreoferta de aço no mundo e a crise de demanda no Brasil, que teve uma retração brutal de 33% de 2014 para cá", disse o executivo da ArcelorMittal.

"Além das complementariedade geográfica, vemos ganhos de logística e de especialização de produtos nas unidades fabris combinadas", afirmou o executivo. Atualmente, o nível de utilização da capacidade das usinas da ArcelorMittal é da ordem de 75%, enquanto na Votorantim está na faixa de 50% a 60%.

Segundo De Paula, surgiu a oportunidade de unir o vice-líder de aços longos (ArcelorMittal) com o terceiro no país, criando uma empresa mais competitiva em escala, custos, produtos e logística. "Hoje, a Votorantim não exporta nada; nós embarcamos 15%, mas temos dificuldades devido a carga tributária e os custos de logística do Brasil", afirmou.

A Votorantim não colocou porta-voz para comentar a fusão.

O executivo da ArcelorMittal lembrou que o mercado de aços longos no Brasil passou a ter a concorrência de novos entrantes - pequenos mas competitivos -, que acirram a competição. Desde 2008 chegaram Sinobrás, CSN, o grupo mexicano Simec, o espanhol Anñon e a Aço Verde (grupo Ferroeste). Ao todo, adicionaram capacidade de 2,6 milhões de toneladas. A Gerdau é a líder e detinha cerca de 40% das vendas.

"A hora é de busca de competitividade e ganho de margens", observou o executivo. A fusão de ativos envolve cinco operações em Minas Gerais (três usinas), São Paulo e Espírito Santo, do lado da ArcelorMittal; pelo lado da Votorantim, três unidades: Rio de Janeiro (Resende e Barra Mansa) e Mato Grosso do Sul (Três Lagoas).

Com a combinação, a capacidade do grupo Arcelor passa a ter capacidade produtiva de 5,6 milhões de toneladas de aço bruto por ano e 5,4 milhões de toneladas de produtos laminados. A Votorantim agregou à ArcelorMittal Brasil - que também faz aços planos e tem mineração de ferro - 1,8 milhão de toneladas de aço bruto e 1,7 milhão de toneladas de laminados.

Com a junção, o grupo fundado pela família Ermírio de Moraes - que passou a fazer aço desde 1937 em Barra Mansa - passa a ter participação de 15% do negócio combinado de aços longos. A Votorantim já havia saído do capital da Usiminas em 2011 ao vender sua participação para Paolo Rocca, dono da Ternium.

Com uma receita anual de mais de R\$ 30 bilhões, a Votorantim tem no cimento seu principal negócio, seguido por mineração e metalurgia de zinco, cobre e alumínio. Também gera energia e tem participações de controle na Fibria (celulose), e Citrosuco (suco de laranja), além dos aços longos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Rosas e Alessandra Saraiva

Título: Preço do minério ajuda e Vale prevê atingir meta de dívida já este ano

A Vale se beneficiou da elevação dos preços do minério de ferro para voltar a ter lucro no quarto trimestre do ano passado, o primeiro resultado positivo para os últimos três meses do ano desde 2011. Com o desempenho, a companhia encerrou o ano com lucro líquido de R\$ 13,3 bilhões, e reverteu prejuízo de R\$ 44,2 bilhões de 2015.

Ontem, durante as teleconferências com analistas sobre o resultado do último trimestre e do ano de 2016, os executivos da mineradora se mostraram otimistas

a respeito da manutenção desses preços em patamares elevados na média do ano, enquanto o mercado questiona a sustentabilidade das cotações. Para a companhia, a confiança permite afirmar que a meta de redução da dívida líquida - principal mantra entoado pela atual diretoria - para um patamar entre US\$ 15 bilhões e US\$ 17 bilhões será atingida ainda este ano.

No quarto trimestre do ano passado, a Vale teve lucro líquido de R\$ 1,573 bilhão, e reverteu prejuízo de R\$ 33,154 bilhões registrado nos três últimos meses de 2015 - embora tenha sido 14,6% abaixo do observado no terceiro trimestre de 2016, foi o primeiro resultado positivo num quarto trimestre desde 2011, dado que só foi anunciado, em reais, duas horas depois da divulgação em dólares. O Ebitda ajustado foi de R\$ 15,626 bilhões no quarto trimestre, quase o dobro do observado no terceiro trimestre, de R\$ 9,639 bilhões; e mais de três vezes acima do registrado no quarto trimestre de 2015, de R\$ 4,936 bilhões.

Entretanto, a Vale mais uma vez teve de realizar baixa contábil (impairment), desta vez de US\$ 2,912 bilhões, no quarto trimestre de 2016. A empresa observou, no entanto, que a baixa contábil foi efetuada em magnitude muito inferior à registrada ao longo de 2015, quando a companhia fez um "impairment" de US\$ 9,372 bilhões. A baixa contábil no quarto trimestre foi causada principalmente pela venda dos ativos de fertilizantes da empresa para a americana Mosaic, por US\$ 2,5 bilhões.

Em termos operacionais, a empresa mostrou a relevância da alta do minério. A receita líquida no quarto trimestre atingiu R\$ 30,652 bilhões, 40,4% acima do terceiro trimestre de 2016, de R\$ 21,831 bilhões; e 47,2% superior ao do quarto trimestre de 2015, de R\$ 20,830 bilhões. Um dos motores do bom desempenho da receita foi o preço médio realizado para finos de minério de ferro, que ficou em R\$ 69,40 por tonelada no quarto trimestre de 2016 - contra US\$ 37,18 em igual período de 2015, alta de 86,6%. O preço realizado no quarto trimestre também foi 36,2% maior do que o do terceiro trimestre de 2016 (US\$ 50,95).

Esses números levaram o presidente da mineradora, Murilo Ferreira, a afirmar que o ritmo de queda da dívida da empresa deve se acelerar nos próximos meses. A dívida líquida da Vale fechou em US\$ 25 bilhões no quarto trimestre de 2016, contra US\$ 25,9 bilhões no trimestre anterior. Ferreira lembrou que houve vendas importantes de ativos em 2016, cujos recursos devem entrar no caixa nesse primeiro trimestre. Ele disse que entre as vendas de ativos estão a negociação com a Mosaic e o project finance do projeto de carvão em Moçambique.

O diretor-executivo de finanças e relações com investidores da mineradora, Luciano Siani, fez coro com Ferreira e afirmou que a meta de redução da dívida líquida para um patamar entre US\$ 15 bilhões e US\$ 17 bilhões deve ser atingida

ainda no fim deste ano. Siani deixou claro que os preços em alta do minério de ferro e dos metais tiraram da mesa a possibilidade de venda de ativos "core" e Ferreira descartou a abertura de capital da área de metais básicos.

"Provavelmente levará ao fim do ano [para atingir a meta de redução da dívida]. Depende da média de preços para o ano. Mas se estivermos errados, levaremos mais três meses, ou, no pior cenário, seis meses", afirmou Siani.

O diretor-executivo de ferrosos, Peter Poppinga, projeta que a média de preços do minério em 2017 fique acima dos US\$ 70 por tonelada, podendo superar os US\$ 80 por tonelada. Este ano, até ontem, a média de preços do minério com 62% de teor de ferro entregue nos portos chineses estava em US\$ 83 por tonelada.

Mas o mercado questiona a capacidade de os preços do minério se manterem elevados ao longo de todo o ano. Para o UBS, a cotação do insumo não tem boas perspectivas. "A sustentação dos preços emergiu das expectativas de fechamento de capacidades de aço e mais desembolsos em infraestrutura, mas os estoques crescentes refletem fundamentos fracos, já que a oferta supera a demanda", disseram os analistas Andreas Bokkenheuser, Marcio Farid e Sean Glickenhau em relatório. "Continuamos acreditando que a balança de riscos do minério de ferro está significativamente inclinada para a desvantagem", diz relatório do BTG Pactual, assinado por Leonardo Correa e Caio Ribeiro.

As projeções apontam que o minério de ferro, que ontem estava cotado em mais de US\$ 91 por tonelada, deve cair a algo perto de US\$ 55 até dezembro. O Valor compilou estimativas de 17 instituições financeiras, que esperam nível médio de US\$ 61 a tonelada em 2017. No ano passado, o preço médio foi de US\$ 58.

Apesar do otimismo, os executivos da Vale evitaram comentar a possibilidade de elevar o pagamento de dividendos para 2018. Ontem, a empresa anunciou que seu conselho de administração propôs o pagamento de valor bruto de R\$ 4,6 bilhões em remuneração aos acionistas, o equivalente a R\$ 0,905571689 por ação ordinária ou preferencial. O valor, a ser apresentado para apreciação na Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril, tem pagamento previsto para 28 de abril. O pagamento será feito totalmente na forma de juros sobre capital próprio (JCP).

Siani lembrou que o a opção foi pagar o mínimo obrigatório. "A prioridade continua sendo a redução da dívida", afirmou o diretor.

Ontem, as ações ordinárias da Vale fecharam em queda de 4,38%, cotadas a R\$ 33,17, enquanto as PNA caíram 4,15%, cotadas a R\$ 31,65. (Colaboraram André Ramalho, do Rio, Juliana Machado, Rodrigo Rocha e Renato Rostás, de São Paulo)

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas / Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos****Título: Usinas retomam investimentos**

As usinas sucroalcooleiras listadas na BM&FBovespa, que estão entre as maiores do setor no país, voltaram a elevar seus investimentos, especialmente com foco no crescimento orgânico, depois de iniciar a safra mais voltadas para o objetivo de reduzir o comprometimento do caixa com suas dívidas.

Raízen Energia - joint venture entre Cosan e Shell -, Biosev e São Martinho registraram, no acumulado da safra 2016/17 (de abril a dezembro), forte aumento de receita e de geração de caixa, apesar da derrapada no último trimestre, seja por problemas de safra ou decisões estratégicas. Nesse contexto, também cresceram os desembolsos com investimentos em bens de capital (Capex), mesmo em um período de moagem, quando os aportes costumam ser mais comedidos.

Os investimentos feitos pelas três companhias no período somaram R\$ 2,668 bilhões, um aumento de 23% em relação aos aportes feitos por elas nos nove primeiros meses da safra passada. No entanto, esse montante ainda está abaixo do investido no mesmo período da safra 2014/15, de R\$ 2,686 bilhões.

Afinal, nesta safra, as empresas ainda buscaram aproveitar o bom momento do mercado de açúcar e etanol para minimizar a alavancagem, enquanto naquela temporada o mercado ainda não havia atingido o fundo do poço.

Maior do setor, a Raízen Energia desembolsou, nos nove primeiros meses da safra atual, R\$ 1,190 bilhão em investimentos, alta de 24,3% na comparação anual. Apenas no último trimestre, os investimentos saltaram 31%, para R\$ 456,7 milhões, já que a companhia encerrou a moagem de cana mais cedo que no ano passado e antecipou o dispêndio com plantio e tratamentos culturais, explicou Paula Kovarsky, diretora de relações com investidores da Cosan, em teleconferência com analistas.

Essa tendência de alta inverte o movimento da safra 2015/16, quando a Raízen Energia gastou, em todo o ciclo, 24% a menos com investimentos do que na temporada anterior, seja por adequação dos projetos, pelo longo período de moagem de cana ou por ganhos de eficiência.

Neste quarto trimestre, se a empresa quiser alcançar sua meta para esta temporada de um Capex entre R\$ 1,9 bilhão e R\$ 2,1 bilhões, deve realizar aportes entre R\$ 710 milhões e R\$ 910 milhões.

E, para a próxima safra, os investimentos da joint venture devem crescer mais com a conclusão de projetos ligados à melhoria de produtividade e maximização de açúcar, possíveis aportes em aumento da disponibilidade de cana, em produção de biogás, em novos projetos de logística e infraestrutura para açúcar e etanol, além de adequação para práticas e impacto de inflação, afirmou Kovarsky durante a teleconferência.

A meta é que os aportes da companhia fiquem entre R\$ 2,1 bilhões e R\$ 2,4 bilhões no ciclo 2017/18, que começa oficialmente em abril, sendo que os investimentos recorrentes (com canavial e manutenção de equipamentos) devem ficar estáveis, entre R\$ 1,7 bilhão e R\$ 1,8 bilhão.

Segunda maior processadora de cana do país, a Biosev, controlada pela Louis Dreyfus Company (LDC), também vem elevando seus investimentos nesta safra, com foco principalmente nas lavouras. No acumulado da temporada, o Capex ficou em R\$ 847 milhões, um avanço de 24% ante o mesmo período da safra passada.

Esse aumento decorre de "maiores desembolsos com plantios e tratos, maior dosagem de insumos para elevar a produtividade agrícola", além de "investimento industrial e de gastos com manutenção, já que houve menos dias de moagem ante safra passada", informou Paulo Prignolato, diretor financeiro da Biosev, durante teleconferência com analistas.

Questionado na ocasião sobre o orçamento para os investimentos para a próxima safra, Rui Chammas, CEO da Biosev, disse que os guidances serão divulgados após o fim do ciclo, mas que "as condições climáticas dão um horizonte positivo para a próxima safra".

O Grupo São Martinho também elevou seu Capex desde o início da temporada para R\$ 630 milhões, um aumento de 21% em relação ao acumulado da safra passada, devido ao incremento dos gastos com manutenção de entressafra e ao projeto de ampliação de capacidade da Usina Santa Cruz.

Para a próxima safra, a companhia já prevê que apenas os investimentos em manutenção irão a R\$ 900 milhões, informou Felipe Vicchiato, diretor financeiro da companhia, durante teleconferência com analistas. Na safra 2015/16, os aportes em manutenção, plantio e tratos culturais foram de R\$ 676 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas / Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Preço melhor para o açúcar em 2017/18

Antes de os preços do açúcar cederem no fim de 2016 por causa da liquidação de posições dos fundos na bolsa, as usinas aproveitaram as cotações elevadas para fixar as vendas do produto já da próxima safra a valores mais altos do que os da temporada atual. Com isso, garantem um potencial de receita melhor para o ciclo 2017/18, mesmo que os preços percam força.

A fixação antecipada também evitou o impacto negativo da recente desvalorização do dólar sobre os preços de exportação de açúcar em real. Ontem, o preço do açúcar na moeda nacional ficou em R\$ 1.420 a tonelada. Desde outubro, quando a commodity atingiu o pico em reais, esse valor já caiu mais de R\$ 350 por tonelada.

Até o fim do terceiro trimestre da safra 2016/17, a São Martinho fixou a venda de 500 mil toneladas de açúcar a um valor médio de R\$ 1.589 por tonelada - 17% acima do valor fixado para a maior parte das vendas desta safra.

A Raízen Energia fixou 1,784 milhão de toneladas do açúcar que pretende vender no novo ciclo a um preço médio de 69,80 centavos de reais a libra-peso - equivalente a R\$ 1.538 a tonelada. Em relação ao preço médio fixado para este ciclo, a companhia garantiu uma valorização de 19% do produto a ser vendido.

Por sua vez, o preço de fixação das vendas de açúcar da Biosev para a próxima temporada foi 34% maior do que o da safra atual, a 68,4 centavos de reais a libra-peso - equivalente a R\$ 1.507 a tonelada. A esse valor, foram fixadas as vendas de 881 mil toneladas da commodity.

MME / ASCOM .